

SUSTENTABILIDADE DA PAISAGEM NO MEIO RURAL E URBANO

Ana Tereza Caceres Cortez

Professora Adjunta (Livre-docente) do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Departamento de Geografia – UNESP/Rio Claro

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é refletir, utilizando a categoria paisagem, sobre o paradigma da sustentabilidade aplicada nos espaços geográficos que, sendo um produto social e histórico, retrata as sociedades que a construíram e a constroem.

Nesse intento, é importante a busca da idéia de articulação entre natureza e sociedade, e para isso a Geografia tem que trabalhar com os elementos e atributos naturais e construídos, procurando não só descrevê-los, mas entender as interações existentes entre eles, além de verificar a maneira pela qual a sociedade está administrando e interferindo nesses sistemas.

Nos últimos anos, o tema sustentabilidade passa a ser importante para o ensino da Geografia, na medida em que o conceito é entendido como uma questão de sobrevivência e perenidade dos empreendimentos humanos, e do planeta. Considerando as características das ciências geográficas e sua visão interdisciplinar, é necessário o entendimento da sustentabilidade de uma maneira mais ampla, abrangendo as ações em que não se coloca em risco o ar, a água, o solo e a vida vegetal e animal, elementos de que nossa existência depende.

Embora os problemas socioambientais se generalizem pelo mundo, a materialização espacial ocorre de forma diferenciada nos diversos lugares, de acordo com a visão de mundo, os objetivos e o nível econômico e tecnológico das distintas sociedades. O avanço tecnológico, aliado à crescente industrialização no meio urbano, à mecanização da agricultura e à intensa exploração dos recursos naturais, transforma de maneira significativa os sistemas ecológicos, interferindo na qualidade de vida da população. E a qualidade de vida e ambiental são elementos-chave no conceito de sustentabilidade.

Os padrões de produção e consumo também são variáveis centrais que podem determinar o grau de degradação ambiental global, constituído pelas características da industrialização e do desenvolvimento econômico. Essa constatação nos remete à discussão de outras relações contraditórias entre necessidade, consumo e desperdício na sociedade atual. Sabemos que, nas últimas décadas, fatores como o crescimento da oferta de produtos industrializados e, mais recentemente, o surgimento dos produtos descartáveis, aliados à explosão populacional em muitos países, tem favorecido a geração de lixo. Este problema vem assumindo grandes proporções, tornando-se uma das principais preocupações dos administradores e educadores.

Outros problemas também comprometem a qualidade ambiental e de vida, principalmente nas cidades, tais como: poluição da água e do ar, impermeabilização do solo, aumento do volume de resíduos, pobreza, violência, falta de moradia, favelização, periferação, ausência de infraestrutura básica, segregação socioespacial, entre outros. Muitos destes problemas podem ser observados tanto na paisagem urbana como na rural, demonstrando o nível de degradação do ambiente e da vida no mundo atual. Isto porque a paisagem que observamos não é um simples amontoado de elementos geográficos desordenados, mas o resultado de uma combinação dinâmica, em movimento, ou seja, em constante transformação, de elementos físicos, biológicos e humanos.

1. DISCUTINDO A SUSTENTABILIDADE

1.1 O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade deve ser tratada considerando suas origens que envolvem desenvolvimento, economia e preservação ambiental. A concepção de desenvolvimento, que se difundiu no mundo ocidental após a segunda grande guerra, transformou-se em uma ideologia, uma crença, principalmente entre os países mais pobres. Esse entendimento de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, ao longo do tempo, dá sinais de insustentabilidade e traz consequências sérias do ponto de vista econômico, social e ambiental.

De acordo com Cavalcanti (1998), sustentabilidade significa a “[...] possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema” (CAVALCANTI, 1998, p. 161).

A sustentabilidade, de acordo com Sachs (1991), “[...] constitui-se num conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes das populações, num contexto internacional em constante expansão” (SACHS, 1990, p. 235-236). Para esse autor, a sustentabilidade tem como base cinco dimensões principais que são: social, econômica, ecológica, geográfica e cultural.

A sustentabilidade social está vinculada ao padrão estável de crescimento, melhor distribuição de renda com redução das diferenças sociais. Já a sustentabilidade econômica está vinculada ao “[...] fluxo constante de inversões públicas e privadas” (fonte?), além da destinação e administração corretas dos recursos naturais. A dimensão sustentabilidade ecológica está vinculada ao uso efetivo dos recursos existentes nos diversos ecossistemas com mínima deterioração ambiental. A sustentabilidade geográfica está ligada à má distribuição populacional no planeta, sendo “[...] necessário buscar uma configuração rural urbana mais equilibrada” (fonte?). A sustentabilidade cultural diz respeito aos diferentes valores entre os povos e ao incentivo a processos de mudança que acolham as especificidades locais.

De acordo com Chambers e Conway (1992), a análise da sustentabilidade pode ser dividida em dois grupos: o social e o ambiental. A sustentabilidade ambiental estaria ligada, de acordo com o pensamento tradicional, à preservação ou aprimoramento da base de recursos produtivos, principalmente para as gerações futuras. Sustentabilidade social se refere não somente ao que o ser humano pode ganhar, mas à maneira como pode ser mantida dignamente sua qualidade de vida. Isto origina duas dimensões: uma negativa e outra positiva. A dimensão negativa é reativa como resultado de conflitos e a dimensão positiva é construtiva, aumentando e fortalecendo capacidades, gerando mudanças e assegurando sua continuidade. Vale destacar que a sustentabilidade ambiental só se complementa com a sustentabilidade social.

Neste texto, parte-se do pressuposto de que o conceito de sustentabilidade deve ser entendido em seu caráter social e econômico, vinculado às políticas de governança que propõem gerar condições de manutenção da qualidade de vida da população local, com seus laços de identidade ao lugar e pertencimento regional.

As transformações ocasionadas pelo aumento populacional e pelas atividades produtivas trouxeram consequências ambientais importantes, além da interferência nas relações humanas, como as sociais, espaciais e econômicas. Além disso, houve um aumento da discrepância socioeconômica que agravou ainda mais a pobreza em várias partes do planeta. Neste sentido, a sustentabilidade social é uma ação vinculada ao princípio da melhora da qualidade de vida da população na sua totalidade (BUSS, 2007).

Haq (2008) lembra que a sustentabilidade deve ser entendida como equidade distributiva que compartilha oportunidades de desenvolvimento entre gerações, assegurando equidade geracional de oportunidades. Entre os fatores sociais, políticos, culturais e econômicos, a sustentabilidade é um dos componentes essenciais para o paradigma do desenvolvimento humano, proporcionando, além da igualdade de oportunidades (equidade), o investimento humano e macroeconômico (produtividade) e a retirada das pessoas e nações pobres de situações de caridade permanente.

Os principais elementos do Desenvolvimento Sustentável são: sociedade, economia, cultura e ambiente. Justamente por isso, faz-se necessário que haja compreensão das instituições sociais e de seu papel na transformação e no desenvolvimento; conscientização da fragilidade do ambiente físico e os efeitos sobre a atividade humana, e as decisões; sensibilidade aos limites e ao potencial do crescimento econômico, e seu impacto na sociedade e no ambiente, com o empenho de reavaliar os níveis de consumo pessoais e da sociedade. Os valores, diversidade, conhecimento, línguas e visões de mundo, associados à cultura, formam um dos pilares desse paradigma e uma das bases da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

1.2 A SUSTENTABILIDADE NO ENSINO DA GEOGRAFIA E AS DINÂMICAS DA PAISAGEM

A transgressão de determinados limites na apropriação da natureza pela sociedade vem explicitando o impasse na forma como se dá essa relação, levando pesquisadores de diversas áreas do conhecimento a centrar atenção sobre o problema. A diversidade de métodos, correntes ideológicas e pressupostos teóricos que definem tais pesquisas, levam a uma realidade em que, um dos raros pontos de consenso está na necessidade fundamental de uma abordagem interdisciplinar.

Como salienta Gouveia (2010, p. 3-4),

[...] dentre todas as ciências, a Geografia, em função das características de seus objetos e métodos específicos, é aquela que reúne os melhores recursos teórico-metodológicos para abordar a questão de uma forma mais abrangente e integrada. Um dos conceitos fundamentais na análise das intervenções humanas, e das conseqüências destas sobre os ecossistemas e da própria humanidade é a sustentabilidade.

Na verdade, é preciso considerar que, bem antes da criação do termo sustentabilidade e de todo seu escopo de trabalho, a Geografia já focava essas questões ambientais e sociais. A dimensão teórica do conceito sustentabilidade se apresenta como uma questão ambiental que aponta para novos paradigmas. Os esforços, no ensino formal, devem ser direcionados para outro olhar para a natureza, transcendendo o modelo predatório que a explora, para além da sua condição de simples “objeto”.

Quando tratamos de desenvolvimento sustentável, a Geografia tem uma participação bastante significativa no desenrolar destes processos, perante aos fatos a serem questionados, estudados e examinados minuciosamente com objetivo claro de ordenação destes processos. Como vimos são quatro os elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentável, a Geografia está ligada de maneira direta a todos eles, sendo uma ciência fundamental.

O mundo contemporâneo passa por profundas transformações e rupturas paradigmáticas. Uma nova forma de pensar, sentir e agir coloca-se como desafio para que a sustentabilidade do planeta e a dos direitos humanos se harmonizem e confirmem sentido aos avanços tecnológicos em todas as escalas (local, regional, nacional e planetária). Também se espera que haja diminuição das desigualdades econômicas e sociais, ao mesmo tempo em que exista valorização da diversidade cultural e da singularidade de cada experiência humana. Essa nova forma de pensar deve ser posta em debate no ensino de Geografia.

O processo de ensino de Geografia torna-se complexo a partir do momento em que prevê o estudo das diversas relações sociais materializadas no espaço geográfico, permitindo assim a leitura do mundo. Para procurar amenizar a abrangência de elementos (físicos, humanos e biológicos) que o espaço geográfico contempla, podemos partir do entendimento do lugar de vivência, explorando a observação da paisagem para além da percepção de suas formas, ou seja, atentando para seus significados.

As dinâmicas socioespaciais, presentes em nosso cotidiano, ajudam-nos a obter aproximação com a realidade vivida e, portanto, com a produção do espaço. Processos sociais, como o êxodo rural, o desemprego, a má distribuição de renda, a violência urbana, o favelamento, entre outros, transformam o ambiente natural de morros, rios, matas, alterando equilíbrios físicos e biológicos, em prejuízo da própria condição da natureza e do homem.

A Geografia, como ciência social, valoriza as ações dos homens na paisagem e, nesse sentido, a observação e a interpretação da paisagem são ponto de partida para o entendimento das relações entre sociedade e natureza, o que nos ajuda a compreender melhor o mundo em que vivemos. Não há dúvida de que os processos sociais moldam as diferentes paisagens na superfície da Terra, em uma relação de intensa interdependência. Portanto, a análise da paisagem visível é reveladora do social.

A leitura da paisagem pode nos levar a entender as múltiplas combinações e conflitos de fenômenos – da natureza, das relações sociais, da cultura, da economia e da política. Isto porque a paisagem apresenta grande diversidade de formas e dimensões, assim compreendê-las significa entender estas combinações e conflitos. A paisagem deve ser estudada e entendida como um sistema holístico.

Nesse sentido, a interpretação e a análise da paisagem são capazes de explicar os processos sociais que agiram sobre ela em diversos momentos históricos, criando peculiaridades, transformando-a e dando-lhe uma identidade única. É através das marcas nela impressas que podemos reconhecer as sociedades que a construíram e a constroem, ou seja, são as ações dos homens que, no decorrer do tempo, transformam a paisagem natural em paisagem humanizada. Então, a paisagem observada tem uma história, e a história da paisagem está contida no espaço geográfico.

Como pondera Alzate (2008), a paisagem é constituída por elementos espaciais e temporais. Os elementos espaciais são fixos e estáveis, mas lentamente são modificados por processos que contêm a cena urbana, definem a morfologia do ambiente e fornecem o suporte físico das atividades. Na escala geográfica e urbana, identificam-se a localização e o traçado das ruas, como os principais elementos espaciais.

Elementos temporais, entretanto, são mutáveis e estão contidos nos elementos espaciais, modificam-se rapidamente por períodos curtos e se transformam por ciclos. Alguns elementos temporais podem ser de caráter natural, como a mudança da luz do dia para noite, ou cultural, como a atividade humana e os fluxos de informação, e comunicação no espaço. Os elementos espaciais podem ser concebidos e, geralmente, respondem a um planejamento ou projeto. Já os elementos temporais, por suas características, são difíceis de predeterminar e não podem ser projetados de maneira convencional.

Berque (1998) considera a paisagem como marca e matriz, pois esta demonstra a relação de determinada sociedade com a área em que habita e revela suas formas de percepção da natureza. A paisagem, como marca, pode ser representada de forma pormenorizada, seus caracteres podem ser descritos, enumerados e analisados.

A ideia de movimento, transformação, ação das diversas formas de vida sobre o ambiente físico ou natural é considerada por Sauer (1998) como paisagem-matriz, que vai sendo moldada e resulta na paisagem cultural. Sob esse aspecto, é evidente a noção de mutabilidade. Tratam-se de mudanças que ocorrem de acordo com o momento histórico e os valores políticos, culturais, econômicos que prevalecem em cada sociedade.

A noção de transformações contínuas que podem alterar a paisagem está intrínseca também nas discussões sobre o desenvolvimento sustentável, presente no arcabouço que trata da cultura como um aspecto importante para obtenção da sustentabilidade.

Segundo Rossetto e Brasil (2002), a construção da paisagem está intimamente relacionada aos sistemas de valores e ao respeito à autonomia das populações para definir seus projetos, mesmo que estes não aceitem mais as antigas formas de uso dos recursos naturais. Nessa constatação, reside o verdadeiro desafio do desenvolvimento sustentável.

Sauer (1998) enfatiza que a paisagem cultural é construída a partir de uma paisagem natural pelos grupos sociais. A cultura é a principal protagonista, os elementos naturais constituem o meio e a paisagem cultural representa o resultado. Sob a influência de uma determinada cultura, variável através dos tempos, a paisagem apresenta transformações, sendo que uma nova paisagem pode se sobrepor à antiga. A ação que modela a paisagem-matriz é a própria cultura através da conservação, reprodução e transformação de seus saberes.

Com essas ponderações, é possível associar a noção de sustentabilidade às paisagens, tanto urbana quanto rural, à medida que concebemos essa mutabilidade associada tanto a fatores naturais, quanto antrópicos. O que é de grande importância para toda sociedade é avaliar o grau de mudanças imposto a essas paisagens que podem levar a processos irreversíveis de degradação e interferências negativas.

2. DEGRADAÇÃO DAS PAISAGENS RURAL E URBANA

O homem está sempre buscando novos ambientes para explorar e moldar, mediante suas necessidades. Isto significa que a humanidade não permanece estável em um ambiente imutável. Os homens, aliás, mudam constantemente seus caminhos, sendo que os lugares e suas paisagens também se modificam. O que se espera é que as mudanças ambientais que o ser humano produz não ultrapassem suas potencialidades adaptativas, de tal modo que não diminuam sua qualidade ambiental e, conseqüentemente, sua qualidade de vida.

É importante ressaltar que a qualidade ambiental está intimamente ligada à qualidade de vida. Aliás, vida e meio ambiente são inseparáveis, ocorrendo uma interação profunda e contínua entre ambos. Desse modo, tanto a qualidade ambiental, quanto a de vida são condicionadas às questões de sustentabilidade discutidas aqui.

O caráter dinâmico é intrínseco à paisagem tanto na escala geológica, como na escala histórica. Na perspectiva histórica, fatores como o solo, o relevo, o clima e a geologia são vistos como estabilizadores, considerando a lentidão das transformações ocorridas na escala geológica. Mas as interferências realizadas em pouco espaço de tempo pelas ações do homem contribuem sobremaneira **na degradação da qualidade da paisagem, tanto rurais como urbanas.**

As paisagens rural e urbana se distinguem por algumas características específicas, como fisionomia, atividades e serviços próprios. Assim, as formas de degradação urbana e degradação rural também são diferentes, uma vez que tanto os agentes quanto as consequências são distintos nos dois casos.

A **paisagem rural** pode reunir no mesmo espaço elementos naturais (rios, reflorestamentos, cultivos diversos, extrativismos etc.), complexos objetos técnicos (agroindústrias, hidrelétricas etc.) e padrões terciários (pesque-pague, pousadas, comércios etc.). Nos casos da produção do espaço rural das áreas menos capitalizadas, as diferenças fisionômicas são mais visíveis se comparadas à paisagem urbanizada, pois geralmente possui baixa produção, habitações e populações esparsas, precariedade de infraestrutura e de conforto pessoal. Já no rural mais capitalizado, as diferenças fisionômicas são menos visíveis se comparadas à

paisagem urbanizada, pois há cada vez mais a presença de habitações e populações com alto padrão de vida, infraestrutura básica e conforto pessoal de qualidade.

Dessa maneira, no meio rural, a degradação está muito relacionada ao tamanho da propriedade, do tipo de produção e do poder aquisitivo de seu proprietário. Mesmo em grandes propriedades de elevado valor, com produção comercial, podemos encontrar degradação de água, solo e ar, como na zona urbana.

Se o proprietário maneja inadequadamente o solo, este estará exaurido e sem capacidade produtiva ao término de alguns ciclos. Assim, poderá ser abandonado, o que facultará seu carreamento pelas águas das chuvas até os rios, causando assoreamento. Além disso, se o uso de agrotóxicos não for bem feito, também poderá contaminar o solo, sofrer carreamento pela água da chuva ou da irrigação, contaminar os lençóis freáticos e rios. Quando a colheita ou o preparo do solo é feito com máquinas agrícolas, estas liberarão partículas poluentes no ar, diminuindo sua qualidade. Se houver algum tipo de industrialização dos produtos naturais, este produzirá efluentes e outros contaminantes, como existem nas zonas urbanas.

Quando o proprietário da terra subsiste dela, as formas de degradação são outras e menos graves, como a produção do chorume, que provém de áreas com lixo e que eutrofiza solos e água; a retirada da lenha da floresta, dificultando a sucessão natural nos ecossistemas; a caça e a pesca indiscriminadas de espécies da fauna nativa que, por vezes, são feitas de maneira incorreta. Essas degradações são consideradas como fazendo parte do equilíbrio do ecossistema rural e sempre existiram

No que concerne à **paisagem urbana**, esta reúne aspectos positivos e negativos, estando ambos atrelados a fatores de localização (topografia, entorno ou vizinhança etc.), infraestrutura disponível (água, esgoto, energia etc.), rede de circulação disponível (avenidas, vias expressas, metrô, transportes coletivos etc.), entre outros. Quando uma área urbana reúne mais fortemente os aspectos positivos desses fatores, os resultados acabam favorecendo o dinamismo econômico e social e, portanto, uma produção do espaço diferenciado e valorizado. Entretanto, quando são os aspectos negativos que prevalecem, o que ocorre é a estagnação econômica, degradação socioambiental e uma produção do espaço desvalorizado. Essa degradação se traduz em poluição atmosférica, hídrica e sonora; **acúmulo de lixo e de esgotos; congestionamentos frequentes; carência de áreas verdes; violência; favelização; periferização e poluição visual. Esse tipo de poluição, por sua vez, afeta diretamente o aspecto fisionômico da paisagem urbana.**

Podemos dizer que, com o processo de urbanização, houve certo “planejamento da destruição”, revelado em sua paisagem. Com o nível de destruição da natureza e a aceleração dos processos técnicos no espaço, a paisagem urbana passa a apresentar grande diversidade

fisionômica, as quais expressam o desenvolvimento econômico e produtivo predominante na sociedade em que ela está inserida.

Simultaneamente ao debate em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, emergiu, ao longo dos últimos anos, uma produção significativa sobre a sua aplicabilidade ao meio urbano. A multiplicação de estudos dedicados ao desenvolvimento urbano sustentável é fruto do próprio êxito do conceito de desenvolvimento sustentável e de uma natural tentativa de aplicação conceitual, sobretudo na sua vertente ambiental, à escala urbana ou regional. Adiciona-se ainda que, sendo as cidades as maiores consumidoras de recursos naturais e simultaneamente as maiores produtoras de poluição e resíduos, surge como uma evidência que grande parte dos entraves à sustentabilidade ambiental global terá de ser resolvida em escala urbana.

Surge, no contexto do debate sobre a forma urbana mais sustentável em termos ambientais, uma ação que pode ser importante: a de ressaltar o fator “espaços verdes” ou dos espaços permeáveis como mecanismo essencial na procura de uma cidade sustentável. Esses espaços permeáveis revelam-se como elementos essenciais na definição da paisagem urbana, pois amenizam o ambiente no tecido urbano e funcionam como âncora estruturadora da urbanização difusa. Entretanto, têm sido negligenciados pelos processos de planejamento na busca da sustentabilidade.

No meio urbano, encontramos degradação em diferentes formas pela presença da cidade em si. Se imaginarmos o cenário com a cidade e sem ela, é possível visualizar imediatamente os problemas causados.

O solo e a água são os fatores que mais sofrem com a instalação de uma zona urbana. O solo, quando recoberto apenas por vegetação, ao receber água da chuva, permite que esta seja infiltrada e reabasteça os lençóis freáticos, bem como os cursos d'água. O ar, quando livre de partículas tóxicas e matéria em suspensão, facilita trocas de gases e calor. Contudo, ao se estabelecer uma cidade, inúmeros problemas aparecem, tais como o asfalto que impermeabiliza o solo e, por isso, impede a infiltração das águas da chuva e altera o ciclo hidrológico. O asfalto também absorve o calor e cria novos limites de temperatura na região. Graças ao asfalto, os automóveis proliferam e, com eles, a poluição atmosférica, liberando partículas sólidas que impedem o calor de voltar à atmosfera, criando o efeito estufa sobre a cidade, além de problemas de saúde na população.

No entorno da cidade, algumas fábricas se estabelecem para atender a demanda de consumo. Essas fábricas liberam mais partículas poluidoras na atmosfera e efluentes líquidos no solo ou nos mananciais hídricos, tornando-os impróprios para cultivo ou consumo. Elas também geram lixo industrial e domiciliar que deverá ser depositado em algum local

adequado, no melhor dos casos, em um aterro sanitário que também libera gases e chorume. Esse tipo de aterro quando não é bem dimensionado, nem construído de maneira apropriada polui solo, água e ar.

Uma parte da população com maior poder aquisitivo tende a consumir e desperdiçar mais, agravando os problemas ambientais. Por outro lado, a maioria que vive na periferia da cidade e não tem acesso ao básico, como saúde, saneamento e educação adequada, gera outras formas de degradação ambiental. Esses indivíduos quase sempre vão para encostas de morros ou áreas que ainda possuem vegetação nativa, ocasionando as primeiras degradações na vegetação. Com a fauna atacada e o solo exposto, aumentam os riscos de deslizamento e carregamento de terra que levarão sedimentos aos riachos e rios, causando seu assoreamento.

A partir do exposto percebemos que a paisagem, como categoria de análise geográfica, auxilia no entendimento das questões referentes à degradação do meio ambiente, à qualidade ambiental e de vida, pois retrata de forma integrada todos os elementos que a compõem, ou seja, físicos, biológicos e humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto objetivou discutir a sustentabilidade das paisagens rurais e urbanas, bem como o papel primordial do homem como facilitador desse princípio que, por sua vez, visa à continuidade dos elementos das paisagens para as gerações futuras.

Com o decorrer da história, as diferentes culturas e as economias se interpenetram, as mudanças culturais se aceleram e a pressão, e o domínio sobre o meio ambiente se acentuam por meio de variadas técnicas de produção. A visão ambientalista tem se mostrado uma questão mais mundializada nos últimos anos, porque envolve espaços transnacionais e valores interculturais. Essa visão advém da reflexão do homem sobre seu próprio destino enquanto espécie. Por sua vez, essa reflexão conduz a tentativas de dirigir o curso das mudanças globais, produzir mais alimentos, capturar energia do sol, interferir no regime das águas e das chuvas, recuperar espécies e regular de forma consciente a qualidade do consumo e o tamanho da população, tudo isso traduzido nas mudanças das paisagens.

Os assuntos tratados merecem ser amplamente discutidos na linguagem dos alunos, para que haja um real entendimento de que as paisagens urbanas e rurais podem ser avaliadas como um resultado imediato das relações sociais contraditórias entre o homem e o meio. Em outras palavras, a paisagem é a produção do espaço que consubstancia os valores, as ideias, as culturas, o sistema de produção, os modos de vidas de uma sociedade em um determinado momento histórico. É importante deixar claro aos alunos que, ao longo do

tempo, todos esses fatores podem resultar na degradação ambiental, traduzida nas paisagens rurais e urbanas. Essa degradação é fruto da utilização inadequada do espaço e dos recursos naturais que este possui e, principalmente, da noção de que a natureza é ilimitada, tanto na sua exploração, como na sua capacidade de acolher as sobras do consumo e do desperdício.

A degradação ambiental ocorre em países desenvolvidos e em desenvolvimento, tanto no meio urbano quanto rural, através, especialmente, da pressão que a produção e a população exercem sobre bens e serviços gerados pelo uso dos recursos naturais.

Pelo exposto, a paisagem é uma categoria de análise que permite interpretar e compreender a realidade em diferentes escalas, em uma abordagem espaço-temporal. Em uma perspectiva de ensino-aprendizagem, pode-se partir do espaço vivido do aluno (espaço imediato) para fazer a leitura da paisagem, abordando as questões ambientais e a qualidade de vida como uma relação permanente e indissociável.

REFERÊNCIAS



ALZATE, A. G. Landscape as visual system and holistic: Proposal methodology for the environmental sustainability of visual quality, experienced in Manizales, Colombia Andean city. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, GO v. 2, n. 4, p.1-17, ago. 2008.

BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p. 84-91.

BUSS, P. M. Globalização, Pobreza e Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n. 6, p. 1575-1589, nov./dez. 2007.

CAVALCANTI, C. (Org.) **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1998.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. Sustainable Rural Livelihoods: practical concepts for the 21st century. **Institute of Development Studies**: Discussion Paper n. 296, 1992.

GOUVEIA, J. M. C. **A métrica da sustentabilidade na perspectiva da geografia**: aplicação e avaliação do Pannel da Sustentabilidade (Dashboard of Sustainability) na comunidade quilombola do Mandira - Cananéia/SP. 2010. 384f. Tese (Doutorado em Geografia).- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

HAQ, M. **Introdução ao Desenvolvimento Humano**: Conceitos Básicos e Mensuração – O Paradigma do Desenvolvimento Humano. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2008.

ROSSETTO, O. C.; BRASIL JÚNIOR, A. C. P. A dimensão dos aspectos culturais na construção das paisa-

gens sustentáveis das áreas alagadiças: Pantanal do Padre Inácio - Jauru, Cáceres - MT. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1., 2002, Campinas. **Anais...** Campinas, ANPPAS, 2002.

SACHS, I. Desarrollo sustentable, bio-industrialización descentralizada y nuevas configuraciones rural-urbanas. Los casos de India y Brasil. **Pensamiento Iberoamericano**, Madrid, v. 46, p. 235-256. 1990.

SACHS, I. Estratégias de transição para o Século XXI. In: **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Editora Brasiliense, 1991. p.29-54.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74.